
Resenhas

MORIN, Edgar. *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. São Paulo : Editora Cortez; Brasília : Editora Unesco, 2000. 118p.

Os sete saberes necessários à educação do futuro

Um dos maiores intelectuais vivos da atualidade, Edgar Morin, sociólogo e filósofo francês, tem influenciado decisivamente o pensamento científico contemporâneo. Crítico contundente da ciência moderna baseada na razão pura, esse autor propõe uma reavaliação dos métodos tradicionais das práticas científicas a partir da aquisição de um pensamento complexo. Morin lança o desafio de aceitarmos a desrazão e a incerteza como princípios inerentes a qualquer processo cognitivo. Em sua obra "Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro" nos contempla com uma profunda reflexão sobre temas fundamentais para a educação contemporânea.

Os processos de aprendizagem que visam a pura transmissão de conhecimentos, segundo Morin, são cegos ao conhecimento humano. A educação pressupõe "sempre" a ameaça do erro e da ilusão, sem que estes sejam necessariamente reconhecidos como tais. O autor exemplifica esse fundamento referindo-se a teoria da informação que mostra as perturbações aleatórias e os ruídos como riscos imanentes a qualquer transmissão de informação ou comunicação de mensagens. Desta forma, por ser o ato cognitivo dependente de um intelecto-afeto que só é capaz de conhecer por meio das percepções e traduções cerebrais com base em experiências internas do indivíduo, e nunca através do mundo exterior, o erro, a ilusão e a incerteza são partes constitutivas de qualquer saber.

A educação para o futuro pressupõe disponibilizar acesso ao conhecimento global. O conhecimento pertinente, diz o autor, é aquele que permite apreender o *complexus*, ou seja, aquilo que foi tecido junto. Se torna imprescindível a aquisição de conhecimentos com base em conjunções que possibilitem relacionar a multidimensionalidade do contexto, para então evidenciar a complexidade do mesmo. As hiperespecializações são obstáculos ao conhecimento do futuro porque já comprovaram ter sido inócuas à um saber contextualizador e integrador. São fechadas em si mesmas, parcelando e compartimentando os saberes, impedindo a apreensão do que foi tecido junto, ou seja, do todo. Educar,

portanto, denota ensinar a condição humana integrada nas mais diversas disciplinas, situando o sujeito no universo, e não separando-o dele.

O principal desafio para educação do futuro é promover meios para a reforma do pensamento. É tarefa educativa ensinar a identidade planetária, a compreensão e a ética do gênero humano. A compreensão, denuncia o autor, está ausente do ensino moderno. É vital para a sobrevivência do gênero humano sair do seu estado bárbaro de incompreensão e adquirir conhecimentos que oportunizem a solidariedade intelectual e moral para a humanidade. E, segundo Morin, há duas formas de compreensão. A compreensão intelectual ou objetiva que pressupõe inteligibilidade e modelos explicativos, e a compreensão humana intersubjetiva que transcende a simples explicação. Assim, compreender também inclui *“um processo de empatia, de identificação e projeção”* (p.95)

É no contexto teórico dessas reflexões que Morin destaca a pertinência de uma reforma no pensamento moderno. Para ele, o conhecimento do futuro pressupõe habilidades que oportunizem ao educando articular e organizar conteúdos que adquiram sentido para ele mesmo. Isso só é possível através de uma postura aberta, não dogmática e consciente de que o erro e a incerteza são partes intrínsecas de qualquer processo de conhecimento. Para tanto, o autor nos desafia a usar a racionalidade em oposição à racionalização, que por ser fechada e determinista nega a contestação argumentativa. Assim, nas próprias palavras do autor *“a verdadeira racionalidade é fruto do debate argumentado das idéias, e não a propriedade de um sistema de idéias”* (p.23). Morin, concluindo suas reflexões, deixa evidente que a tarefa da educação do futuro está em desenvolver a mútua compreensão das mentalidades planetárias com objetivos à democracia e à cidadania.

Nadia Lucia Fuhrmann

Doutoranda em Serviço Social – PUCRS/UniKassel (Alemanha)

SILVA, T. T. (Org.). *O que é, afinal, Estudos Culturais?* 2ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2000, 240p.

O que é, afinal, Estudos Culturais?

O título do livro organizado por Tomaz Tadeu da Silva – “O que é, afinal, Estudos Culturais?” – já sinaliza que o mesmo aventura-se por um terreno impreciso, ‘movediço’: seu objetivo é apresentar este campo de

estudos, relativamente recente no Brasil, e que está longe de receber uma definição unívoca ou de constituir uma proposta teórico-metodológica homogênea.

O livro reúne três ensaios sobre o tema: o do inglês Richard Johnson, “O que é, afinal, Estudos Culturais”; o da brasileira Ana Carolina Escosteguy, “Estudos Culturais: uma introdução”; e o da norte-americana Norma Schulman, “*Centre for Contemporary Cultural Studies*”, da Universidade de Birmingham: uma história intelectual. Além dos textos, o organizador compila uma bibliografia sobre Estudos Culturais em português e em língua inglesa e indica sites selecionados na Internet, como o do Programa Avançado de Cultura Contemporânea da UFRJ, do qual faz parte a Professora Heloísa Buarque de Holanda, uma das pioneiras neste campo no Brasil, principalmente no que diz respeito às pesquisas feministas nos Estudos Culturais.

Cada ensaio apresenta focos específicos: o de Johnson aborda a questão da codificação e as diferentes estratégias de definição deste campo, além de discutir as possibilidades e as limitações para a pesquisa face ao modelo teórico-metodológico que nomeia circuitos da cultura; Escosteguy centra-se no desenvolvimento dos trabalhos que lidam com a relação cultura/comunicação de massa – os estudos sobre produtos da cultura popular e suas audiências; Schulman recupera a trajetória do Centro onde iniciaram os Estudos Culturais, mostrando como o estilo de trabalho cooperativo propiciou a aproximação de estudantes e pesquisadores com variados interesses e *backgrounds*, destacando as críticas e contribuições do Feminismo.

Os diferentes ensaios mereceriam comentários particulares, mas acredito que seja mais pertinente centrar-me na questão que o título suscita. Neste sentido, os textos são complementares e, como é inevitável em um livro deste gênero, algumas vezes se repetem. Assim, as idéias aqui apresentadas perpassam os diferentes textos que, em conjunto, possibilitam um conhecimento bem fundamentado sobre o campo.

A origem inglesa dos Estudos Culturais, a referência aos trabalhos iniciais no âmbito da Crítica Literária e seus esforços para romper com as concepções elitistas que sustentavam a dicotomia alta/baixa cultura são assinalados em todos os ensaios. Contudo, como a própria seleção de textos feita pelo organizador do livro já dá pistas, a proposta dos Estudos Culturais se diversificou e internacionalizou.

Neste sentido, além do foco temático inicial – produtos da cultura popular e de massa – passar a ser pesquisado sob novos ângulos, como nos estudos sobre audiências, foram sendo incorporadas aos Estudos Culturais questões como as identidades étnicas e sexuais, que emergiram nos novos

movimentos sociais e, mais recentemente, o impacto subjetivo das diversas práticas sócio-culturais.

Atualmente, pode-se dizer que este campo constitui uma espécie de rede, uma vez que promove encontros acadêmicos, têm cursos e periódicos próprios e exerce uma grande influência sobre diferentes disciplinas, como Sociologia, História, Estudos Literários, Comunicação e Educação.

Nas últimas décadas, os Estudos Culturais vêm se desenvolvendo nos Estados Unidos¹, América Latina, Austrália, Canadá e África, adquirindo feições próprias em cada contexto, o que significa que não há um corpo fixo de conceitos e/ou métodos que possa ser meramente transportado de um lugar para o outro: são as peculiaridades de cada país e regiões que vão mostrar as necessidades e caminhos para as pesquisas.

A heterogeneidade característica dos Estudos Culturais e a possibilidade de ‘versões nacionais’ remete a um questionamento: qual a ‘linha’ que costura tal diversidade e possibilita uma referência comum? Johnson é o autor que discorre mais longamente sobre a possibilidade, necessidade e adequação de se buscar uma definição para os Estudos Culturais. Por um lado, mostra que, no meio acadêmico, a falta de uma codificação implica em menores espaços e investimentos institucionais em pesquisa; por outro lado, lhe parece que o esforço por uma definição pode ocasionar o esmorecimento daquilo que é mais peculiar e confere vitalidade ao campo: a crítica, a capacidade de ‘avaliar’ de que formas a assimilação de porções de conhecimento de diferentes tradições pode contribuir ou inibir um estudo específico, e de mudar internamente face à insuficiência ou inadequação de conceitos/métodos para compreender as questões culturais.

Apesar dos vários ensaios referirem a rejeição externada por Stuart Hall, pesquisador respeitado neste campo, de qualquer definição descritiva ou prescritiva dos Estudos Culturais, ou da caracterização do trabalho da ‘escola de Birmingham’ como uma ortodoxia, é possível distinguir certas propostas que lhes são próprias.

Os Estudos Culturais trazem, desde sua constituição nos anos 60, duas ‘bases’ bastante consistentes: trata-se de um projeto político e de um campo que trabalha fora dos limites disciplinares. Cada uma destas ‘bases’, que são interligadas, se desdobra em diferentes dimensões e guarda relação com alguns deslocamentos teóricos e metodológicos que foram se processando no desenvolvimento do campo.

É importante ressaltar, em primeiro lugar, a estreita conexão entre trabalho intelectual e político: na concepção dos Estudos Culturais, fazer

¹ O primeiro encontro norte-americano foi realizado em 1990, na Universidade de Illinois em Urdana-Champaign, e resultou no livro *Cultural Studies*, organizado por Grossberg, que reúne os textos das 46 conferências.

pesquisa é fazer política, mesmo quando esta não implica na realização de intervenções. Sob este prisma é que se pode dimensionar adequadamente a insistência, nos primeiros tempos, no estabelecimento de uma nova noção de cultura, que não fizesse distinção ou hierarquizar-se alta e baixa cultura (assim como os sujeitos produtores e consumidores das mesmas). Na verdade, a redefinição do conceito de cultura representou uma abertura a temáticas e problemas até então desconsiderados, como a cultura popular (música, artefatos) e a *mass* mídia (revistas, programas de televisão). Posteriormente, observou-se um deslocamento no sentido de considerar as práticas culturais. Assim, a cultura passou a ser concebida como *locus* onde se estabelecem divisões que implicam em desigualdades, onde acontecem os embates políticos: o espaço privilegiado em que ocorre a luta pela significação. Conseqüentemente, desde o início, as pesquisas tinham como objetivo examinar as práticas culturais do ponto de vista de seu envolvimento com, e no interior de, relações de poder.

As primeiras pesquisas no campo dos Estudos Culturais se valiam do marxismo clássico para analisar as questões de poder, mas, sempre sintonizando leituras mais abrangentes e complexas, o conceito de ideologia de Althusser foi incorporado e, posteriormente, num novo deslocamento, também a contribuição de Gramsci, útil quando se pensa em termos de lutas por significação, em movimentos de resistência (o que deixa de lado a perspectiva do confronto ideológico bipolar dominador/dominado).

O vínculo com os diversos movimentos sociais aproximou os Estudos Culturais do Feminismo, gerando rupturas e abrindo novas perspectivas. As críticas e contribuições do pensamento feminista foram sentidas em diversas esferas, como bem mostra o ensaio de Schulman, sendo fundamental apontar duas em especial, pois representaram alterações nos rumos das pesquisas: o deslocamento no sentido de estudar a questão das identidades sociais e da subjetividade e a necessidade de ampliar as categorias de análise, contemplando, além de classe social, gênero, etnia, grupo geracional, orientação sexual, entre outras.

A referência às contribuições de diversas fontes teóricas remete à segunda grande 'base' dos Estudos Culturais: seu caráter interdisciplinar ou antidisciplinar. Para os/as pesquisadores/as deste campo, os processos culturais não correspondem aos contornos acadêmicos, por isso a necessidade de estudar os aspectos culturais da sociedade contemporânea a partir da interseção de diversas disciplinas (residindo aí um forte ponto de resistência a uma codificação, que poderia transformar o campo em mais uma disciplina). Os Estudos Culturais acolhem, seletivamente, *insights* teóricos do marxismo e neomarxismo, das teorias feministas, do

estruturalismo e pós-estruturalismo, da psicanálise e do pós-modernismo, numa espécie de alquimia para produzir conhecimento útil.

Apesar dos ensaios não explicitarem, cabe ressaltar que a aproximação entre conceitos e/ou métodos produzidos em diferentes campos de conhecimento deve ser criteriosa, não ‘um jogo de vale tudo’, mas a assimilação crítica e pontual de porções de conhecimento, sem esquecer que elas fazem parte de um todo coerente e que podem perder sua lógica quando inadequadamente ‘usadas’ (diga-se de passagem, o que nem sempre é feito na prática de pesquisa devido a desconsideração dos fundamentos epistemológicos).

A articulação interdisciplinar confere um novo fôlego metodológico ao pesquisador/a. Sem dúvida, a complexidade do mundo contemporâneo, ressaltada por pensadores como Edgar Morin e Boaventura de Souza Santos, requer novas estratégias de pesquisa. O campo dos Estudos Culturais responde a isso com a conjugação e invenção metodológica, que alguns chamam de *bricolage*, numa referência às produções artísticas pós-modernistas.

As diferentes opções metodológicas empregadas pelos/as pesquisadores/as dos Estudos Culturais traçam, de certa maneira, um histórico dos novos olhares que foram se fazendo sobre os objetos de estudo e dos deslocamentos temáticos, visto que as ‘composições’ realizadas visavam obedecer às exigências de cada projeto particular de investigação. Assim, se, inicialmente, o estudo da cultura de classe era possível a partir de um método de análise histórica e descritiva, à medida que o escopo foi se ampliando, novas alternativas foram sendo propostas.

Em relação aos produtos culturais, tomados de uma forma ampla, pode-se focar as condições de produção ou de circulação ou de consumo: para cada objetivo, um (ou mais) método. Não é adequado, por exemplo, usar análises de texto, sejam discursivas ou semióticas, e ‘inferir’ como eles serão consumidos; neste caso, é necessário buscar, num estudo de audiência/recepção, as leituras que os indivíduos realizam.

Assim, quando as pesquisas neste campo se centravam na produção cultural como veículo ideológico ‘puro’, as análises de textos eram muito utilizadas; já quando a luta pela significação entrou em cena, métodos fenomenológicos e etnográficos passaram a ser utilizados, uma vez que possibilitavam o acesso aos valores e sentidos vividos pelos grupos e por indivíduos, os modos pelos quais experienciavam e atribuíam significações às suas condições de vida.

A crescente importância atribuída às questões da subjetividade e intersubjetividade, fruto do encontro dos Estudos Culturais com o pensamento feminista e psicanalítico, produziu estudos de recepção mais

sofisticados, pois esses passaram a considerar, além das posições sociais dos indivíduos, o *locus* da recepção. Através de técnicas como observação participante e grupos de discussão, as pesquisas mostraram, por exemplo, que o ambiente doméstico e as relações familiares são fatores que mediam a formação de leituras diferenciadas.

Ainda em relação a metodologias, cabe uma observação sobre a incorporação dos dois tempos do pensamento foucaultiano: enquanto a investigação arqueológica visa as condições de formação dos saberes, a análise genealógica busca as conexões entre saber e poder. Contudo, relação de poder, em Foucault, recebe uma conceituação bastante particular e distanciada da proposta pelo neomarxismo e que parece ‘guardar em si’ a possibilidade de ação política. Assim, em função de deslocamentos como esse, algumas críticas apontam no sentido de uma despolitização dos Estudos Culturais; já outras tomam o mesmo fato como sinalizando em direção a novas estratégias políticas: micropolíticas.

Para além do explicitado nos ensaios, é possível pensar numa importante relação entre as aqui chamadas ‘bases’ dos Estudos Culturais: refere-se à posição do/a pesquisador/a. Este campo ‘ensina’ a não temer articulações disciplinares, mas, ao contrário, buscá-las ativamente. O que deve guiar as opções teóricas e metodológicas são as necessidades reveladas pelas questões de pesquisa, além, é claro, da coerência epistemológica. Esta perspectiva requer uma sintonia do/a pesquisador/a com seu objeto de investigação e com o contexto que perpassa ambos, o que, no meu entendimento, implica em uma posição política e rompe com a noção (impossível) de neutralidade científica. Cada pesquisador/a busca compreender certos fenômenos e isso não se dá ao acaso, ao contrário, revela um pouco da sua posição e visão de mundo. Contudo, esse ‘comprometimento’ político não pode, jamais, ser obstáculo para conduzir a pesquisa com seriedade e rigor.

Este livro possibilita ao leitor um excelente panorama do desenvolvimento dos Estudos Culturais: da proposta inicial e seus deslocamentos, das temáticas e estratégias metodológicas, dos encontros disciplinares e das críticas. Assim, responde ao que se propõe. Contudo, ao longo dos textos ficam somente sinalizados os novos caminhos que os/as pesquisadores/as deste campo estão percorrendo na atualidade: as pesquisas sobre identidades/subjetividade são citadas sem o mesmo aprofundamento daquelas relativas ao meios de comunicação; por outro lado, também é incipiente a discussão sobre a assimilação das contribuições de pensadores pós-modernos e pós-estruturalistas, como Derrida e a perspectiva da desconstrução. Fica, assim, uma brecha para novas produções que contemplem estas questões que se afiguram férteis – e polêmicas.

Ao final da leitura do livro uma pergunta se impõe: por que a Psicologia não é referida em nenhum momento? Como um campo que está estudando questões como identidades e subjetividade ainda não tem nenhuma interseção com esta disciplina? Basta a Psicanálise? Ou a Psicologia tem algo a contribuir e/ou se beneficiar com tais estudos? A Psicologia, tradicionalmente, tem considerado a dimensão cultural, mas, na maior parte das vezes, como uma variável secundária. No mundo contemporâneo, onde a cultura aparece como central na constituição da subjetividade, dos modos de ser, é importante que psicólogos/as possam debruçar-se sobre esta nova forma de conceber a tensão subjetividade/cultura. Articulações teóricas e metodológicas entre a Psicologia e os Estudos Culturais (talvez agregando métodos como entrevistas em profundidade e estudo de caso) possibilitariam novas compreensões sobre este objeto multidimensional que mobiliza a investigação psicológica: a subjetividade.

Inês Henningen

Doutoranda em Psicologia – PUCRS